

O salto na matéria da invenção de linguagens

Prof. Dr. Fernando Gerheim

Resumo:

Anne-Marie Christin defende a tese de que o sistema de escrita de uma civilização é que determina a sua concepção de imagem. Ela afirma que a linguagem alfabética “nos tornou cegos em matéria de escrita”. Certa vertente da arte, desde o modernismo, contrariando tal “cegueira”, realiza a interseção entre palavra, imagem e objeto. Esse trânsito produz, em suas formas diversas, a convergência na linguagem entre a idéia, abstrata e universal, e a percepção, concreta e particular. A investigação proposta neste trabalho aponta para uma perspectiva filosófica que indaga os próprios fundamentos da linguagem, refletindo sobre as suas formas e os tipos de experiência e temporalidade ligadas a elas, esboçando assim uma base nova para pensar esse campo comum de palavras e imagens.

Palavras-chave: escrita, imagem, tempo, linguagem.

Introdução:

Há muito tempo a linguagem literária não é mais o único veículo apto a incluir conteúdos e formas poéticas. Esta comunicação busca trazer para a reflexão sobre a linguagem este campo ampliado. Uma teoria também em campo ampliado, que permita pensar os conteúdos e formas poéticas seja qual for a linguagem utilizada. Tal teoria se propõe a pensar como as linguagens articulam sentidos, qual a relação com a percepção na produção destes sentidos e qual a relação entre os sentidos produzidos e a constituição de identidades. É no contexto de um “campo ampliado” que se tornou possível esta reflexão.

Se há na modernidade uma condição de imanência da linguagem, no sentido de uma negação da transcendência e da metafísica, para a afirmação de sua própria materialidade – imanência de que a arte abstrata, afinal, pode ser vista como produto –, por outro lado desaparece toda “anterioridade” em que a linguagem poderia se fundar. E num mundo em que a linguagem – a cultura, o artificial – é o novo mito, esta comunicação se propõe a pensar sobre a produção de “imagens” e a indagar se, dentro dessa condição, a superfície e a aparência conquistadas por essa linguagem emancipada e autônoma não teria se tornado na cultura hegemônica o jogo em que ela produz meros signos? E mais: não persistiria nesta produção, quando não há simplesmente indiferença, um “realismo essencialista”?

Se invocarmos a teoria dos signos, de imensa fortuna nesse âmbito, temos que: o signo é aquilo que está no lugar de alguma outra coisa para alguém em alguma circunstância (este é o terreno da autonomia da linguagem, aquele em que se fala de como ela funciona). Encontramos aí a duplicidade do signo: ele é um significante, mas como está ao mesmo tempo no lugar de alguma outra coisa é também um significado. O ícone seria algo como a sua mais alta “patente” na hierarquia da linguagem em nossa cultura, quando a linguagem se torna ela própria “a coisa”, perdendo a função referencial e confundindo seu papel de mediadora com o de um imediato. O ícone seria, desse ponto de vista, uma espécie de redenção da linguagem.

Este seria o terreno por excelência do moderno, em que o homem em sua finitude valoriza o agora, o instante, o imediato – e incorpora assim essa duplicidade que a linguagem possui em sua autonomia. Como se constitui a identidade nessa duplicidade que a materialidade da linguagem instaura?

1. Escrita e imagem

Em *Les origines iconiques de l'écriture*, Anne-Marie Christin mostra que a escrita nasce da combinação de dois modos de comunicação heterogêneos: a imagem, artefato visual fazendo apelo

à receptividade de um espectador, e a língua, meio sonoro cuja eficácia implica, ao contrário, a intervenção ativa de um locutor. A maior parte das teorias lingüísticas, contudo, é fundada na apreciação do visível mais segundo um léxico do que pela retina. O sistema ideográfico é considerado apenas uma etapa preliminar e provisória. A impossibilidade de generalizar o princípio de representação icônica tornou necessária sua evolução para o princípio fonográfico. Assim, a escrita é apreendida como conhecimento de conceitos, e a língua é privilegiada em detrimento da imagem.

Essa concepção de representação fonográfica da palavra oral implica uma dupla restrição, arbitrária, do domínio da imagem: de uma parte, limita-se às figuras, ignorando seu suporte; de outra, considera essas figuras pura “cópia” do real. As origens icônicas da escrita foram esquecidas pelo sistema fonográfico dominante no Ocidente, que planifica-se e redescobre formas claramente identificáveis e distintas, como as letras do alfabeto.

Anne-Marie Christin afirma que o suporte da imagem determina a natureza das figuras. A imagem acolhe as mensagens lingüísticas e cria, combinando-as ao olho, esse produto misturado que é a escrita. Imagem e língua, cada qual ao seu modo, agem em conjunto nesse meio híbrido.

Se a língua tem por função estruturar uma sociedade e transmitir de uma geração à outra a tradição, a imagem dá a essa mesma sociedade acesso ao mundo invisível em que a língua não está em curso. Para Christin, o que traz a originalidade da imagem é o fato de que ela repousa sobre o princípio de uma “comunicação transgressiva” visando estabelecer um elo entre dois universos heterogêneos: este mundo e o do além. Seu modelo ancestral, diz ela, é o céu estrelado: os homens descobriram nas estrelas um sistema de “signos” do qual não podiam conhecer nem a fonte, nem o projeto, mas ao qual propunham conscientemente o enigma de ler o seu destino.

O suporte da escrita está ligado ao papel da predição em sua gênese. Instaurar uma “tábua de predição, definir o espaço no interior do qual os deuses vão manifestar sua vontade, é um ato fundador em todas as culturas orais”, afirma Christin. A predição é a última mudança na metamorfose da imagem em escrita. A passagem da imagem à escrita é a passagem do enigma à predição. O recurso a objetos de valor social e simbólico particularmente intensos, como o chifre de carneiro na Mesopotâmia ou a carapaça de tartaruga na China, introduziu duas noções fundamentais. Embora elas não sejam indispensáveis à imagem, dela podem ser deduzidas: a de *leitura* — a função social do adivinho de decifrar os textos e não mais de contemplar enigmas — e a de um *sistema de signos* transformando esses enigmas em texto.

Com a emergência dessas noções, as condições necessárias ao nascimento da escrita se acham reunidas. A escrita deseja beneficiar a comunicação entre os homens da mesma capacidade de transgressão por meio da qual eles se ligam aos deuses. Ela transpõe esse sistema para aquele da língua. Mas essa transposição não poderia ser feita adaptando-se, a todo momento, a expressão verbal à sintaxe pela contaminação que o sistema de signos divinatórios herdara da imagem. A escrita é, também, o meio de tirar maior proveito, pois que a vocação desse novo *medium* deve ser não mais representar uma língua, mas, e nisso reside seu maior efeito de transgressão e sua verdadeira utilidade, ser igualmente acessível aos leitores que não praticam a mesma língua.

Hjelmslev indaga o que, afinal, é o signo: uma palavra, um fonema ou uma letra? E conclui que só um sistema reduzido e limitado de não-signos poderia sempre produzir novos signos, novas palavras, novas raízes, correspondendo à finalidade da linguagem que é, antes de tudo, a de sistema de signos. Para atender à exigência de uma potência ilimitada, os signos da linguagem têm de ser formados por um número limitado. Por razões de comodidade operacional, ele chama de “figuras” os não-signos que entram como partes de signos em um sistema. A linguagem, diz lingüista, é tal que a partir de um número limitado de figuras, que podem sempre formar novos arranjos, pode construir um número ilimitado de signos. Uma língua que não fosse assim constituída não poderia preencher sua finalidade. Portanto, conclui, “temos inteira razão de pensar que encontramos na

construção de signos a partir de um número bem restrito de figuras um traço essencial e fundamental da estrutura da linguagem”.

O lingüista afirma que as línguas são, conforme sua estrutura interna, “sistemas de figuras que podem servir para formar signos”. A definição da linguagem como sistema de signos presta contas de suas funções externas, das relações da língua com seus fatores extralingüísticos, mas não de suas funções internas. Para ele, assim como para Christin, a escrita alfabética não é um mero sistema fonográfico, mas estrutura o sistema de signos da linguagem.

A escrita, portanto, tem papel fundante e não de acessório da linguagem oral. Christin lança a tese de que o sistema de escrita de uma civilização é que determina sua concepção de imagem. E indaga o que pode haver de tão ruim em aceitar as imagens para que a cultura do alfabeto tenha se desligado das origens icônicas da escrita. A linguagem alfabética, diz ela, fez-nos “cegos em matéria de escrita”. Podemos dizer que a falta de percepção da imagem na escrita e, mais profundamente, da materialidade da linguagem, determina a criação de uma concepção de imagem projetada no plano, como cópia do real, que pressupõe um ponto de vista externo do qual o sujeito é capaz de abarcar o mundo como um todo de sentido. Mas esse modelo de concepção de imagem, em vez de estar apenas historicamente ligado ao Renascimento e ao desenvolvimento da perspectiva, é uma forma de pensar inerente à linguagem enquanto produtora de conceitos.

2. Uma perspectiva filosófica

Passando da análise da escrita a partir da visão icônica de Christin e lingüística de Hjelmslev para uma perspectiva filosófica, indagamos que fundamento tem a linguagem para fazer unidades de sentido. Em *Investigações filosóficas* (1952), Wittgenstein substitui o paradigma da explicação unificadora e da lógica unitária, que respaldam a “via do conceito”, pela “lógica da dispersão”, que fundamenta o realce da diferença. O conceito que se apresenta como um mero reconhecimento de como as coisas são já é produto do postulado de que a realidade é una em si mesma, com uma essência prévia a seu investimento verbal. A abstração e o conceito são inerentes à linguagem, mas o engano inaceitável é respaldá-la e legitimá-los em um realismo essencialista em nome da própria realidade. A noção de “jogos de linguagem” fornece um critério que não é nenhum pré-juízo dogmático ao qual a realidade deva corresponder, como tantas vezes sucede com o conceito. Eles são objetos de comparação que, por meio de semelhanças e dessemelhanças, devem lançar luz sobre as relações de nossa linguagem segundo a lógica da dispersão.

Há duas condições apontadas por Luiz Costa Lima que tornariam possível desarmar a armadilha da lógica unitária e fazer o conceito conviver bem com a diferença: “a denúncia e, daí, a negação da justificativa realista, em que a via socrático-platônica se sustenta”, e “o reconhecimento de que pensamento algum deixa de partir de uma aporia, i.e., que nenhum é capaz de previamente demonstrar a procedência de seus mais preliminares pressupostos”.

O modelo de pensamento da lógica unitária, que privilegia a semelhança, remonta à vitória socrático-platônica da contemplação da verdade na idéia, e tem sua utilidade estratégica enquanto modalidade engendradora de conhecimento. Esse modelo de pensamento reúne no conceito a diferença do que se apresenta. Podemos usar a palavra água para designar o líquido da garrafa, da torneira e da chuva, no entanto são águas diferentes. Como diz Borges, “pensar é apagar diferenças”.

Porém, se pensamento nenhum é capaz de demonstrar previamente a procedência de seus mais preliminares pressupostos, o que o determina? Trata-se de uma aporia, da qual pensamento algum deixa de partir. Mas, insistimos, se as premissas em que o primeiro silogismo se apóia são primeiras e indemonstráveis, que fundamento tem a linguagem para significar e, enfim, fazer signos? No *Tractatus Logico-philosoficus* (1922) sob o paradigma da explicação unificadora, Wittgenstein concebe o mundo como um “esquema vazio” e a linguagem como “formas puramente lógicas”, partindo de uma correlação *a priori* entre a linguagem e o mundo para tentar “adivinhar”

como ela funciona. Em *Investigações filosóficas* ele trata do “uso real” da linguagem, que ganha autonomia em relação aos “fatos”, passando de “forma lógica” a “formas de vida”.

No lugar de tentar demonstrar a procedência de seus mais preliminares pressupostos, Wittgenstein rompe com o que considera o principal erro dos filósofos: a concepção metafísica de linguagem como “uma forma de palavras” e não como “o uso que se faz de tal forma”. Não é possível dizer nada de significativo acerca do que é a realidade, mas é precisamente isso que os metafísicos intentam falar. Embora se acredite seguir sem cessar o curso da natureza, ele diz: “Andamos apenas ao longo da forma através da qual a contemplamos.” Não há um ancoradouro sólido para a linguagem como eram as “formas lógicas”. E com os “jogos de linguagem” não é possível caracterizar seres, mas apenas formas de seres, “formas de vida”, sem uma essência segundo um realismo essencialista.

Se a palavra não pode demonstrar previamente seus mais preliminares pressupostos, o ato de linguagem sempre abre esse abismo de ser o seu próprio pressuposto. E de onde vem o impulso de determinar? Diz o fragmento 352 de *Investigações filosóficas*:

O princípio do terceiro excluído diz aqui: isto deve aparecer “deste” ou “daquele” modo.

Portanto, ele não diz absolutamente nada, apenas nos dá uma imagem. E o problema deve ser agora: a realidade concorda com a imagem ou não?

É uma imagem que parece determinar já o sentido da asserção sem mal-entendidos.

Mas justamente isso não se sabe. (WITTGENSTEIN, 1952. p.116).

O filósofo se indaga se seria possível comparar a linguagem a uma máquina que não fosse ideal e rígida, podendo se mover apenas desse ou daquele modo, mas que tivesse em si a *possibilidade* de movimento. Podemos dizer que a unidade, uma vez formada, é como uma idéia em que mirar; ela nos dá um percurso a seguir. São esses fins, estabelecidos no início, que nos permitem seguir em alguma direção. Mas como estabelecê-los? Voltamos à mesma questão: se o que determina não se pode dizer, o ato de linguagem seria como a fundação de um mito?

Para Derrida, há algo que se furta no processo da linguagem, processo que por isso não se cristaliza. Ele designa esse algo que se furta pelo neologismo “diferência”. A linguagem para ele surge como a possibilidade de repetição do mesmo como “diferência”. O filósofo escreve: “O ente-presente (*ón*) na sua verdade aparece como a possibilidade de sua própria duplicação. A possibilidade de ser repetido como tal é que o faz ser o que é, único, idêntico a si. E sua identidade se furta nesse suplemento que a apresenta.” A palavra que designa suplemento em grego, *sumploké*., também significa entrelaçamento. Esse repetir ou duplicar como “diferência” caracterizaria, então, a linguagem. E a escrita, existente de forma material, seria a materialização de tal condição dupla da linguagem. A compreensão desse caráter duplo, presente na escrita, mostra melhor o papel do signo em relação à linguagem.

Quando transpomos os pensamentos em signos, as idéias se tornam reais, como que percebidas de fora. A representação verbal implica um duplo. O signo material expressa de forma material o caráter dúplice da linguagem. Por meio dele, ela pode “ser percebida”.

A representação verbal é o duplo do que é suprimido. Para Derrida, o duplo é, em sua estrutura, o lugar da relação e da diferença, do mesmo e do outro. Se é a possibilidade de algo ser repetido como tal que o torna ele mesmo, idêntico a si, a estrutura dessa possibilidade implica que ele possa se fazer “tipar”, substituir-se por seu duplo. Entre o modelo e a cópia do modelo, em vez de intervalos tonais, Derrida descobre o “trítón tí”, intervalo dissonante que ele designa, além de “diferência”, pelos neologismos “nutriz” e “porta-marcas”.

De acordo com Platão, há duas espécies de ser: o modelo, inteligível e imutável; e a cópia do modelo, sujeita ao nascimento e visível. Derrida considera uma terceira espécie de ser: o suporte e nutritor de todo o nascimento, que “não assume uma figura semelhante a nenhuma daquelas que

entram nela, pois é, por natureza, um porta-marcas para todas as coisas”. Um regime de produção permanente de imagens seria como um “porta-marcas”. E, na medida em que este é também um espaço da diferença e do outro, produz estados novos, previamente desconhecidos. Seu ritmo é aberto às contingências; o sujeito não pode controlar e manipular suas seqüências temporais. A linguagem vista como “porta-marca” não pressupõe uma unidade prévia dada no real, mas funda unidades numa dinâmica da relação e da diferença.

Se a linguagem é um porta-marcas que não se congela em nenhuma das unidades que faz, por que ela se faz “tipar”? Isso nos leva de volta, mais uma vez, à aporia de que pensamento algum é capaz de demonstrar previamente a procedência de seus mais preliminares pressupostos. Por que representamos? Em que direção vamos? Então o real não tem direitos sobre a linguagem? E de onde vem o impulso de determinar? Da homeostase que todo sistema quer manter, afastando o que o desequilibra? A linguagem que duplica e torna familiar, de que a cultura é expressão, está dentro desses limites? Queremos encontrar pela linguagem, seja nas palavras, nas estrelas ou nas vísceras, o idêntico, o que torna o mundo e a nós mesmos reconhecíveis? Poderíamos deduzir que a atração pela semelhança é oposta à repulsa pelo estranho que tem no extremo a morte? Se é a possibilidade de ser repetido como tal que faz algo ser o que ele é, idêntico a si, a identidade é o reino do signo, que quer tornar familiar? A não-linguagem é o reino da morte, desconhecido inimigo? Que formas ou ritmos a linguagem pode ter? Qual a centelha inercial do seu motor, o seu combustível, o seu fluido vital? Se pensar ou proferir é como a fundação de um mito, o ato de linguagem, diante do abismo de ser o seu próprio pressuposto, salta no vazio de sua invenção?

Parafraseando Mallarmé, antes de se deter em algum ponto último que o sagre, todo pensamento emite um lance de dados. Mas os dados são lançados o tempo todo e para tornar-se o Mesmo, idêntico a si, a cada vez há que se sacrificar novos Duplos. O único jeito de não ser capturado pela linguagem, pois os seus jogos têm armadilhas, é um regime de produção permanente de imagens, no qual “movimenta-se a si mesmo” a cada jogada, como diz Wittgenstein. A linguagem se faz tipar para produzir movimento. Ter identidade, nesse estado de mudança permanente, é perder identidade. E o que é atualizado nas formalizações ou representações da linguagem, ao tornar-se o que é e conquistar uma identidade, não pode congelar sua força potencial geradora.

Para tornar-se o mesmo, idêntico a si, é preciso tornar-se o outro, pois o transcorrer obriga a sacrificar novos duplos. A “tábua de predições”, onde são lançados os dados, é o espaço das semelhanças – sem semelhanças, só haveria indiferença –, mas também da relação e da diferença. E nessa instância mítica, o elemento primitivo da linguagem que cria suas formas indaga o próprio fundamento, fazendo convergir o conceito – a capacidade de abstrair inerente à linguagem, segundo uma lógica unitária que privilegia a semelhança –, e a percepção sensível – que ao realçar a diferença desarma tal privilégio. Nesse uso da linguagem é o Duplo que cria o Um, o Outro que faz o Mesmo, e é como se ela escrevesse de trás para frente, do futuro para o presente. O ato de linguagem, ao abrir o abismo de ser o seu próprio pressuposto, inventa-se num salto na matéria. O presente se parece, então, com a memória do futuro.

Essa comunicação aponta para um futuro estudo do campo comum de palavras e imagens que, na consideração da linguagem como uma materialidade, incorpora em sua poética as suas próprias bases materiais e os sistemas que a inscrevem.

Referências bibliográficas:

- [1] Christin, Anne-Marie – *Les origines iconiques de l'écriture*, in *Dossier pour la science, Du signe à l'écriture*. Paris, outubro-janeiro: 2002.
- [2] Costa Lima, Luiz – *A questão de narrativa*, in *Pensando nos Trópicos (Dispersa Demanda II)*. Rio de Janeiro, Rocco: 1991.

[3] Derrida, Jacques – *A Farmácia de Platão*. São Paulo, Ed. Iluminuras: 1997.

[4] Hjelmslev, Louis Trolle – *Prolegômenos a uma Teoria da Linguagem*, in *Os Pensadores*, São Paulo, Ed. Abril: 1978.

[5] Wittgenstein, Ludwig – *Investigações filosóficas*. *Os Pensadores*, São Paulo, Ed. Abril: 1979.

Autor

Fernando GERHEIM, Prof. Dr.
Pesquisador Independente